



Federação Nacional dos Médicos

A CONTRA-REFORMA DOS CSP

NA ROTA DO REGRESSO À "CAIXIFICAÇÃO"

A FNAM não pode deixar de vir a público manifestar a sua estranheza perante o discurso e comportamento oscilante e contraditório do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (SEAMS) a propósito da organização e funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários e muito em particular das Unidades de Saúde Familiar.

Em causa estão factos ocorridos entre os dias 3 e 5.

Realizou-se no dia 4 deste mês, a pedido do ministério, uma reunião com os sindicatos médicos relacionada com a intenção do ministério da saúde em publicar um novo decreto-lei relativo ao regime jurídico da organização e do funcionamento das USF que substituísse o DL 298/2007 de 22 de Agosto.

Todavia a primeira versão do anteprojecto apenas nos foi enviada no dia anterior, 3 de Março.

Tratava-se dum anteprojecto que, a ser aplicado, liquidaria em toda a dimensão a mais estruturante e consensual reforma ocorrida no SNS desde a sua criação, concretizada através da criação das Unidades de Saúde Familiar (USF).

Surpreendentemente, no início da referida reunião, que o Sr. SEAMS classificou como exploratória, o documento em causa foi substituído por uma página e meia constituída por 10 pontos "para que se construa uma base aceitável para iniciar as mesas negociais formais".

Muito embora quase todos os pontos em análise nos mereçam profundo repúdio, o reconhecimento do carácter meramente exploratório da reunião, a "empenhada" vontade do ministério na construção de consensos e o reconhecimento da necessidade legal de abertura de mesas negociais com todos os sindicatos envolvidos, mereceu a nossa óbvia concordância.

Evidente ficou também a obstinada vontade do ministério em cumprir a leviana promessa política de "dar um médico de família a cada português" nem que para tal tenha de aumentar as listas atribuídas a cada médico para valores absolutamente incompatíveis com a qualidade e os excelentes tempos de acesso a que as USF habituaram os cidadãos. A proposta do ministério, analisada competentemente, nada mais traduz do que uma simplista aritmética que resume toda a sua estratégia - dar mais portugueses a cada médico de família sem qualquer preocupação com os resultados que daí resultarão. Menos tempo para o atendimento a cada cidadão e profissionais (ainda) mais exaustos e desmotivados.

Apesar das divergências assinaladas no decorrer da reunião, consideramos positivo:

- 1 - o aparente recuo, expresso pelo ministério, relativamente ao anteprojecto inicial;
- 2 - reconhecimento da necessidade de se avançar para uma mesa negocial efectiva, tendo o ministério assumido o compromisso de apresentar um novo anteprojecto que leve desde já em conta algumas das nossas sugestões.
- 3 - Vontade expressa pelo Sr. SEAMS em acolher todas as contribuições e ajudas visando os maiores consensos possíveis.



Federação Nacional dos Médicos

Todavia, 24 horas volvidas, através duma entrevista aos microfones duma estação de rádio nacional, somos surpreendidos com declarações deste governante, repisando grande parte dos propósitos que foram alvo de crítica na reunião com os sindicatos e relativamente aos quais havia deixado aparentemente deixado espaço para posteriores análises mais aprofundadas e negociação competente.

Com comportamentos oscilantes deste tipo cada vez nos questionamos mais sobre os reais motivos que levam um governo em fim de mandato a querer aprovar à pressa, de forma pouco reflectida e sem fundamentação técnica que a sustente, legislação tão delicada e estruturante como o regime jurídico das USF. Algum propósito haverá.

Não aceitaremos, sob qualquer pretexto, o regresso aos tempos das "caixas".

Pugnamos por melhores serviços, com melhores resultados em saúde e maior satisfação por parte dos profissionais e dos cidadãos-utentes. Afinal tudo aquilo que tem sido demonstrado através das USF, da Reforma iniciada em 2005 e da evolução do nosso SNS desde a sua criação em 1979.

Lisboa, 11 de Março de 2015

A Comissão Executiva da FNAM